

## PRÁTICAS DE ESG: Uma análise a partir do ODS divulgadas pelas empresas do setor de consumo não cíclico listadas na B3

**AILAN MENDES DE ALMEIDA**

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA (UNEB)

**NEYLANE DOS SANTOS OLIVEIRA DE ALMEIDA**

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA (UNEB)

### Introdução

Os dezessete Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela ONU fazem parte agenda 2030 e visam a promoção de ações integradas e claras em prol de um futuro melhor, já que abordam os temas de várias áreas desde a proteção da vida terrestre e aquática, a educação de qualidade, consumo responsável até a erradicação da pobreza. A adoção de práticas ESG (Environment -Ambiente, Social -Social e Governance - Governança) exige a movimentação de recursos, o que afeta o patrimônio das entidades. Dessa maneira, a contabilidade socioambiental é um instrumento essencial.

### Problema de Pesquisa e Objetivo

Diante desse cenário, o problema de pesquisa desse estudo consiste em: As práticas de sustentabilidade divulgadas pelas empresas do segmento de carnes e derivados listadas na B3 estão em conformidade com os objetivos do desenvolvimento sustentável da ONU? Dessa forma, o objetivo geral é analisar se as práticas de sustentabilidade divulgadas pelas empresas do segmento de carnes e derivados listadas na B3 estão em conformidade com os objetivos do desenvolvimento sustentável da ONU. Assim, esta pesquisa contribui com a literatura sobre sustentabilidade nas organizações.

### Fundamentação Teórica

Nessa perspectiva Farinon et al. (2021) aborda que, a sustentabilidade consiste em ações focadas para conservar e garantir o equilíbrio entre os aspectos ambiental, social e econômico, evidenciando a importância da preservação dos recursos naturais no presente e para gerações futuras. De acordo com Dye (2001) a teoria da divulgação voluntária, segue o pressuposto de que a entidade ao divulgar informações voluntariamente, tende a omitir as informações que são desfavoráveis que a prejudicam e divulgará apenas aquelas que são favoráveis.

### Metodologia

A coleta de dados foi efetuada mediante os relatórios de sustentabilidade de 2023. O segmento de carne e derivados conta com seis empresas listadas na B3, como duas delas (Excelsior e a Minupar) não divulgaram relatório de sustentabilidade/relato integrado no período de análise, a amostra final compreendeu 4 empresas, a saber: BRF, JBS, Marfrig e Minerva. Foi feita análise de conteúdo de Bardin (2011), seguindo três etapas (Pré-análise, Exploração e Tratamento). Os procedimentos de seleção de material, análise de relatórios e associação com os ODS estão baseados no estudo de Scamardi et al. (2)

### Análise e Discussão dos Resultados

Os dados apresentados evidenciam homogeneidade no que se refere a divulgação dos ODS pelas empresas do setor de carne e derivados analisadas nesta pesquisa. Isso porque o nível de evidenciação dos ODS pelas quatro companhias pesquisadas, BRF, JBS, Marfrig e Minerva no ano de 2023 figurou na casa dos 80%. Este resultado demonstra que as práticas de sustentabilidade divulgadas pelas empresas do segmento de carnes e derivados listadas na B3 estão em conformidade com os objetivos do desenvolvimento sustentável da ONU.

### Considerações Finais

Analisou-se os relatórios de sustentabilidade das quatro organizações BRF, JBS, Marfrig e Minerva, que compõe o segmento de carnes e derivados da B3. Os principais resultados demonstraram que o objetivo do estudo foi integralmente alcançado e por meio do qual detectou-se um alto índice de disclosure dos objetivos de desenvolvimento sustentável, com mais de 80% de conformidade pelas entidades aos 17 ODS preconizados pela ONU. Além disso, os objetivos priorizados foram os ODS 2, 3, 5, 6, 7, 8, 10, 12, 13, 15, 16, sendo divulgado por todas as entidades analisadas.

### Referências

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2011. DYE, R. A. An evaluation of "essays on disclosure" and the disclosure literature in accounting. *Journal of Accounting and Economics*, Princeton, v. 32, p. 181-235, 2001. FARINON, D. et al. Práticas de sustentabilidade: um estudo em organizações do setor farmacêutico. *Sustentabilidade*. v. 3. Belo Horizonte: Poisson, 2021. SCAMARDI, G.F.; OLIVEIRA, K. N. FERREIRA, L. A. Divulgação dos ODS nos relatórios de sustentabilidade das empresas do setor de energia da 16ª carteira ISE B3. *Revista de Contabilidade Dom Alberto*, v. 22,2022.

### Palavras Chave

ESG, ODS, Sustentabilidade

## **PRÁTICAS DE ESG: Uma análise a partir dos ODS**

### **Divulgados pelas empresas do setor de consumo não cíclico listadas na B3**

#### **1. INTRODUÇÃO**

Desde o início dos anos 1990 houve um crescimento na busca por sustentabilidade e responsabilidade social corporativa, o que motivou continua motivando as empresas a adotarem ações mais transparentes e sustentáveis. Durante esse tempo, a contabilidade também evoluiu e começou a agregar ferramentas para além mensuração e registro financeiro, assumindo assim, diferentes funções.

Conforme o CPC 00R2 (2019), de forma geral, o objetivo das demonstrações financeiras é fornecer informações úteis da entidade para os usuários externos, investidores e credores, para auxiliar na tomada de decisão. Dentre essas decisões estão compra e venda de instrumentos patrimoniais, concessão ou liquidação de empréstimos, outras formas de crédito e a influência sobre ações da administração geral que afetam toda a entidade. Assim, não somente informações de natureza econômico-financeira são consideradas importantes. No contexto atual, há de se considerar que dados relativos à interação das entidades com o macroespaço, isso é, com o meio social e ambiental, também interessam aos usuários da contabilidade do ponto de vista decisório.

Dessa maneira a contabilidade socioambiental, um dos ramos da contabilidade geral, assume funções estratégicas na divulgação de informações socioambientais. Esta discussão está pautada no contexto do desenvolvimento sustentável, que é um tema que vem ganhando importância ao longo do tempo, pois preconiza promover o equilíbrio entre ações sustentáveis, promoção de justiça social e o avanço econômico das entidades. Nesse cenário, os objetivos do desenvolvimento sustentável (ODS) promovidos pela ONU em 2015, se destacam como uma estrutura conceitual global visando alcançar a equidade e sustentabilidade futuramente.

Os dezessete Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela ONU fazem parte agenda 2030 e visam a promoção de ações integradas e claras em prol de um futuro melhor. Para isso, abordam temas de várias áreas desde a proteção da vida terrestre e aquática, a educação de qualidade, consumo responsável até a erradicação da pobreza.

Desse modo, existem organizações que estão demonstrando interesse e estão alinhando os seus princípios a esses objetivos, apresentando não apenas compromisso com a sociedade e com meio ambiente, mas também conseguindo avançar em aspectos de gestão, ampliando vantagem competitiva e consolidando uma reputação com potencial de atrair investidores conscientes. Essa postura se alinha com as práticas ESG (Environment -Ambiente, Social - Social e Governance - Governança).

A adoção de práticas ESG exige a movimentação de recursos, o que afeta o patrimônio das entidades. Dessa maneira, a contabilidade socioambiental é um instrumento essencial pois é a responsável pelo reconhecimento, registro e divulgação dessas informações por meio dos relatórios utilizados para esse fim, como o relatório de sustentabilidade, que apesar de não serem exigidos por lei, necessitam ser formulados com integridade e fidedignidade.

Diante desse cenário, o problema de pesquisa desse estudo consiste em: As práticas de sustentabilidade divulgadas pelas empresas do segmento de carnes e derivados listadas na B3 estão em conformidade com os objetivos do desenvolvimento sustentável da ONU? Dessa forma, o objetivo geral é analisar se as práticas de sustentabilidade divulgadas pelas empresas do segmento de carnes e derivados listadas na B3 estão em conformidade com os objetivos do desenvolvimento sustentável da ONU. No que se refere aos objetivos específicos tem-se: i) Identificar as práticas ESG divulgadas pelas empresas do segmento de carnes e derivados listadas na B3 no exercício de 2023; ii) Relacionar as práticas ESG divulgadas com os Objetivos

do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, verificando correspondências e lacunas; e iii) Comparar as empresas da amostra a partir do reconhecimento dos ODS divulgados.

Este trabalho se justifica perante a situação de destaque que essas empresas se encontram diante do mercado e a sociedade, pois causam impactos significativos não apenas na economia, mas também nos âmbitos ambiental e social. Apesar de impactos positivos como geração de empregos e renda, com base nas informações publicadas pelas próprias empresas em relação às qualidades de funcionários, essas empresas juntas contêm mais de 435 mil colaboradores, contribuindo fortemente para desenvolvimento social e econômico onde vale destacar que no ano de 2023 a receita líquida dessas 4 empresas atingiu o valor de 613 bilhões de reais. Ocorre também os impactos negativos consumo de materiais que causam interferência ao meio ambiente e a sociedade como a emissão de gases de efeito estufa, desmatamento e uso excessivo de recursos naturais.

Desse modo, é fundamental verificar se os relatórios de sustentabilidade dessas empresas, evidenciam se as medidas tomadas e reportadas por elas estão de acordo com os ODS proposto pela ONU. Assim, esta pesquisa contribui com a literatura sobre sustentabilidade nas organizações para as discussões sobre a existência real de ações sustentáveis e de responsabilidade social alinhadas com as diretrizes da ONU.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Nesta fundamentação teórica são abordados temas que embasam conceitualmente a problemática da pesquisa em questão. Inicialmente são apresentadas informações sobre contabilidade e a sustentabilidade, depois será abordado acerca da teoria da divulgação voluntária, na sequência explora-se os objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) e por fim sobre os relatórios de sustentabilidade.

### 2.1 CONTABILIDADE E SUSTENTABILIDADE

Segundo Hendriksen e Breda (1999) a contabilidade objetiva prover informações úteis à tomada de decisão, seja esta de caráter obrigatório ou voluntário. Complementando essa visão os mesmos autores abordam que, a contabilidade não se trata de um conjunto de regras e procedimentos mecânicos a serem seguidos, em que poderia executado por sistemas computacionais, se trata, na verdade, de uma ciência social e depende do conhecimento e do julgamento do profissional responsável.

Dessa forma Lopes e Martins (2005) ressaltam que, com base na relação de que os relatórios contábeis têm influência nos preços do mercado financeiro, a contabilidade consolidou-se como uma fonte de informações de seus *stakeholders*, sendo essencial para a análise como parte do contexto teórico da economia tradicional, e não mais de maneira isolada. A contabilidade tanto para usuários internos quanto para usuários externos da entidade é a ferramenta principal na disponibilização de informações essenciais no auxílio para tomada de decisões (Marion, 2022).

Ainda nesse contexto, afirma Marion (2022) que na prática da contabilidade, existem várias áreas de atuação, como contabilidade financeira e contabilidade gerencial. Com isso, destaca-se que na medida que a sociedade evolui as áreas de atuação contábil também se modificam, a exemplo da contabilidade ambiental. Assim Lins (2015) completa, que a contabilidade ambiental apesar de tratar de aspectos socioambientais específicos, está relacionada à contabilidade geral, quando direcionada para a prestação de contas para os usuários externos.

Dessa forma, é possível compreender que com o passar do tempo, a contabilidade evoluiu para além da função exclusiva do registro, passando assumir uma função estratégica na

divulgação de informações que tratam dos impactos, responsabilidade empresarial e sustentabilidade (Akpan, 2023).

De acordo com Ribeiro (2012) a contabilidade ambiental não constitui uma nova contabilidade, mas sim uma ramificação da tradicional, adaptada a objetivos específicos de identificar, mesurar e esclarecer fatos econômico-financeiros referentes às práticas empresariais de preservação ambiental e sustentabilidade visando a transparência patrimonial da entidade. Em concordância Ferreira (2011) destaca um conceito inicialmente conhecido como contabilidade ambiental, que se tornou mais abrangente ao incorporar fatores sociais. Dessa forma, é reconhecido atualmente como contabilidade socioambiental.

Neste contexto, a contabilidade socioambiental executa uma função fundamental com relação à responsabilidade social corporativa ao registrar e evidenciar as ações de entidades, relacionadas à responsabilidade empresarial e sustentabilidade. Esse trabalho da contabilidade socioambiental consolida a transparência também contribui para a legitimidade destas práticas sustentáveis no ambiente empresarial.

Em conformidade com isso o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) abordou em 2023 como um dos princípios da governança corporativa, a responsabilidade corporativa, entendida com o dever de zelar pela viabilidade econômico e financeira das organizações, buscando a redução das consequências negativas, e potencialização dos impactos positivos de suas atividades considerando sua estrutura de negócio e os vários tipos de capitais (natural, social, intelectual financeiro, manufaturado, reputacional, humano) ao longo do tempo. Com isso, é essencial à compreensão sobre como as organizações têm atuado em relação aos aspectos ambiental, social e econômico, reforçando o seu compromisso e fortalecendo o seu protagonismo com responsabilidade social.

Dantas Júnior (2024, p.1) reforça, a adoção de práticas de sustentabilidade não é apenas militância, já que de fato tanto a sociedade quanto as empresas são favorecidas, sendo uma tática empresarial. Torna evidente que essas condutas refletem efeitos favoráveis, que contribuem para ajudar o planeta juntamente com incentivos competitivos.

Nessa perspectiva, Farinon et al. (2021) aborda que, a sustentabilidade consiste em ações focadas para conservar e garantir o equilíbrio entre os aspectos ambiental, social e econômico, evidenciando a importância da preservação dos recursos naturais no presente e para gerações futuras. Tal definição se alinha com o conceito de desenvolvimento sustentável, que segundo Albuquerque (2009) é aquele que satisfaz as necessidades do presente com equidade, sem comprometer a capacidade das gerações futuras para realizar as suas, promovendo um equilíbrio dinâmico.

## 2.2 TEORIA DA DIVULGAÇÃO VOLUNTARIA

De acordo com Dye (2001) a teoria da divulgação voluntária, trata-se de um caso particular perante a teoria dos jogos, seguindo o pressuposto de que a entidade ao divulgar informações voluntariamente, tende a omitir as informações que são desfavoráveis que a prejudicam e divulgará apenas aquelas que são favoráveis. É importante levar em consideração os motivos e incentivos que levaram a entidade a decidir divulgar essas informações, é necessário fazer uma interpretação crítica e contextualizada sobre essas informações.

Complementando essa tese da teoria da divulgação, Verrecchia (2001) aborda em três categorias de divulgação. A primeira categoria é a pesquisa sobre divulgação baseada em associação (*association-based disclosure*), que examina como a disseminação de informações externas e os reflexos nas ações de investidores e do mercado de capitais. A segunda é conhecida como pesquisa sobre divulgação baseada em julgamento (*discretionary-based disclosure*), é uma vertente de trabalhos que analisa a maneira que as empresas e seus gestores, tem a liberdade de julgamento sobre quais informações irão divulgar. E a pesquisa sobre

divulgação baseada em eficiência (*efficiency-based disclosure*) são estudos que questionam sobre quais estruturas de divulgações são mais eficientes em casos de falta de conhecimento prévio e enfatiza a transparência.

Segundo Verrecchia (2001) a teoria da discricionariedade, relacionada com a categoria da divulgação baseada em julgamento, reúne estudos sobre o julgamento dos gestores em decidir quais informações (voluntárias) divulgará no mercado. E nesse contexto, a divulgação partindo de forma interna é defendida e se a linha com fundamentos da teoria da divulgação voluntária, de acordo Dye (2001). Dessa forma, Almeida (2021) completa que tal abordagem busca a compreensão de aspectos que resultam na divulgação ou retenção de certas informações, a exemplo de custo de produção. Dessa forma o julgamento é gerencial sobre a avaliação do melhor momento para divulgação ou omissão, considerando dentre outros fatores, a perda de possíveis vantagens perante o mercado.

Segundo Li, Jia e Chapple (2023) empresas que não estão satisfeitas com seu desempenho sustentável podem se valer da divulgação sobre sustentabilidade empresarial de forma estratégica, devido ao fato de que práticas sustentáveis podem influenciar positivamente. Sendo essa uma tática de gerenciamento de reputação em resposta à necessidade de legitimidade. Já Healy e Palepu (2001), ressaltam que, a divulgação voluntária de informações, quando realizadas por fontes confiáveis, podem contribuir para a alocação eficiente de recursos nos mercados de capitais e na redução de assimetria dessas informações. Hummel e Schlick (2016) confirmam que, perante a perspectiva da sustentabilidade, a teoria da divulgação voluntária deve focar na qualidade da informação, dessa maneira tornando possível a avaliação empírica e íntegra da relação entre práticas empresariais sustentáveis e divulgação voluntária dessas informações.

A Teoria da Divulgação Voluntária contribui com esta pesquisa oferecendo uma base de discussão já desenvolvida que explica as motivações das empresas em divulgar informações além daquelas que são exigidas pela lei, em particular sobre as ações de sustentabilidade. Dessa forma, a teoria da divulgação voluntária oferece embasamento para analisar criticamente a respeito da transparência e intenções que motivam a divulgação de informações relacionadas a sustentabilidade corporativa, foco desse estudo.

Atualmente, a evidenciação e divulgação com maior relevância, comparabilidade e padronização dos relatórios e informações socioambientais, são orientadas conforme as normas brasileiras de contabilidade (NBC) TDS-01 e 02 em (2024), que seguem as normas estabelecidas pela International Accounting Standards Board (IFRS) (S1 e S2, 2023).

## 2.3 ESG e os 17 ODS DA ONU

O termo em inglês ESG se trata de um conceito que aborda as práticas empresariais em três âmbitos: Ambiental, Social e Governança. Nessa linha, Redecker e Trindade (2021) confirma que os tópicos relacionados as questões socioambientais e responsabilidade empresarial encontram suporte no termo, ESG, que ressalta questões ambientais, sociais e de governança corporativa. De maneira ampla, os temas de gestão sustentável, transparência nas divulgações de forma fidedigna, estão diretamente ligadas a ESG. A expectativa é que tais medidas proporcionem mais transparência sobre a empresa.

De acordo com GRI (2022) os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), transcorrem acerca dos aspectos Ambiental, Social e de Governança, além de abordarem a questões tributária, direitos humanos e outros.

As entidades responsáveis por preparar, elaborar e publicar relatórios de sustentabilidade ou responsabilidade corporativa, devem considerar as inter-relações entre os ODS. A ONU (2015) conceitua os 17 objetivos do desenvolvimento sustentável (ODS) e define que estes são a representação de metas estratégicas para combater as desigualdades, promover

a paz e o futuro sustentável, contribuindo para agenda 2030 da ONU. A Figura 1 a seguir apresenta esses objetivos:

Figura 1 – 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)



Fonte: ONU, 2015

Segundo Rodrigues (2021) os conceitos ESG e ODS não são iguais. Contudo, atividades operacionais internas de ações ESG podem contribuir diretamente para o cumprimento dos ODS, que são propósitos mais abrangentes que almejam a sustentabilidade global.

Em conformidade Hieu e Hai (2023) destacam em sua pesquisa que a entidade, ao implementar atividades de responsabilidade empresarial visando a melhoria para o meio ambiente, *stakeholders* e com a sustentabilidade do próprio negócio, desenvolvem políticas internas que possibilitam a execução de ações que promovem os três pilares do desenvolvimento sustentável ESG, esses são os aspectos centrais para a implementação dos ODS.

Com base nisso, se torna pertinente a integração de práticas empresariais ESG com os ODS, devido ao fato de que as empresas têm direcionado seus esforços para serem mais ativas na promoção de transparência e comprometimento com a economia mais inclusiva e sustentável para gerações futuras.

Pesquisas recentes sobre a temática têm indicado que ASG/ESG é uma abordagem corporativa voltada às questões ambientais, sociais de governança, assim trata-se de aspectos não financeiro, voltados a gestão empresarial, principalmente falando em relação ao risco, governança corporativa e transparência desses fatores. Diferentemente disso, o termo sustentabilidade refere-se à forma sistêmica e mais ampla, que engloba não apenas as variáveis socioambientais, mas também alinha os objetivos dos impactos da atividade (produção) da entidade, com as expectativas da sociedade (B3, 2022).

Assim, pesquisas abordam que a partir do momento que as entidades adotarem os ODS no seu cotidiano como estratégia empresarial, as entidades encontrarão novas oportunidades de crescimento, reduzindo as vulnerabilidades operacionais e desenvolvendo soluções inovadoras que ampliem sua capacidade competitiva. As integralizações dos objetivos contribuem para

reestruturação, comunicação e execução de oportunidades de mercado para captar novas iniciativas empresariais consistente, integrada e de forma sustentável.

Scamardi et al. (2022) realizaram um estudo com o objetivo de evidenciar o que as empresas do setor de energia que compõem a 16ª Carteira ISE da B3 divulgam em seus relatórios de sustentabilidade, que estão colaborando com os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) em consonância da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU). Os resultados demonstrados apresentam que as entidades chegaram a incluir todos os ODS em seus relatos de sustentabilidade, porém é diferente entre as próprias entidades dessa carteira, onde algumas entidades, como a COPEL e a AES Tietê, divulgaram aproximadamente 29% desses objetivos. Contudo, a empresa Neoenergia S.A apresentou um melhor desempenho, divulgando 100% dos ODS. Além disso, foi observado na análise que as entidades preferem focar nos objetivos e as ações que estão associadas a benefícios tributários, onde esses receberam mais atenção, indicando uma possível postura de busca por incentivos econômicos, ao ponto que as ações ambientais e sociais voluntárias são menos evidenciadas. Dessa maneira, embora exista a intenção de buscar o desenvolvimento sustentável, os resultados ainda apresentam que existe influência voltada mais a fatores financeiros que fatores sociais e ambientais.

### **3. METODOLOGIA**

Este estudo teve como objetivo analisar se as práticas de sustentabilidade divulgadas pelas empresas do segmento de carnes e derivados listadas na B3 estão conformidade com os objetivos de desenvolvimento sustentável da ONU. Portanto, este estudo se classifica como documental, descritivo e com abordagem qualitativa.

Quanto aos procedimentos, a presente pesquisa se classifica como pesquisa documental, a qual é caracterizada por Marconi e Lakatos (2003) pela obtenção de dados a partir de materiais originais (fontes primárias), que não passaram por estudos detalhados.

No que se refere aos objetivos tem-se uma pesquisa descritiva, pois de acordo com Gil (2008) as pesquisas descritivas focam em descrever aspectos de determinada população ou situação, analisando aspectos de forma sistemática. Também objetivam o reconhecimento de relação entre variáveis. Nesse contexto, o estudo é descritivo pois, busca descrever se as práticas de sustentabilidade divulgadas pelas empresas do segmento de carnes e derivados listadas na B3 no ano de 2023 estão em conformidade com os objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) propostos pela ONU.

Além disso, definiu-se o presente estudo como qualitativo, já que para Flick (2009), a pesquisa qualitativa utiliza textos como material empírico (ao contrário de dados numéricos), considerando noções sociais e as realidades estudadas, em que são construídas. Dessa forma, busca assimilar as perspectivas dos participantes, suas práticas do cotidiano e o conhecimento que detêm em relação ao tema da pesquisa. Os métodos adotados devem ser apropriados e flexíveis ao objeto de estudo, permitindo explorar e compreender os processos e as relações desenvolvidas nesse contexto.

A coleta de dados foi efetuada mediante os relatórios de sustentabilidade de 2023 divulgados pelas empresas de carnes e derivados listadas na B3. O segmento de carne e derivados conta com seis empresas listadas na B3, como duas delas (Excelsior e a Minupar) não divulgaram relatório de sustentabilidade/relato integrado no período de análise, a amostra final compreendeu 4 empresas, a saber: BRF, JBS, Marfrig e Minerva. Essa escolha foi motivada em razão da grande influência das empresas em questão na sua área de atuação, no mercado e para a sociedade. Assim o recorte temporal adotado corresponde pelo exercício 2023, os relatórios mais recentes publicados pelas entidades, no início do estudo.

Em consonância, em outubro de 2023 a comissão de valores imobiliários divulgou, a adoção da Resolução CVM nº193 simbolizando um marco para o Brasil e para a CVM. A regulação se trata da primeira norma emitida por um país no mundo a adotar regras de reporting (relatório) sobre sustentabilidade, seguindo os padrões internacionais das IFRS S1 e S2. Desta forma, inicia-se um processo que trará maior uniformidade, transparência e comparabilidade para a divulgação voluntária de aspectos sustentáveis por parte dos emissores no mercado de capitais (CVM, 2023), o que introduz um estágio recente das práticas ESG e a integralização aos ODS.

Para viabilizar a coleta de dados, foi feita uma pesquisa nos sites das empresas, no intuito de acessar os relatórios de sustentabilidade ou relato integrado e na sequência foi feito análise de conteúdo de Bardin (2011), seguindo três etapas (Pré-análise, Exploração e Tratamento) a fim de compreender e identificar trechos voltados ao tema do estudo.

Pré-análise, se trata-se de uma leitura geral do material. Exploração, neste segundo momento de exploração do material, foram desenvolvidas categorias correspondentes aos acertos objetivos, analisando ações que colaboram com determinados objetivos, muitas vezes instruídos e apresentados nos próprios relatórios divulgados pelas próprias entidades, onde determinada ação se alinha a categoria do ODS "X", como por exemplo em um dos relatos aparece a ação de Pecuária Sustentável que está ligada ao ODS 2 - Fome Zero e Agricultura Sustentável. E Tratamento, este estágio de tratamento onde ocorreu a interpretação e análise dos dados, de maneira mais geral, buscando a identificação de padrões, hiatos e a comparação entre essas próprias ações e dos ODS.

Os procedimentos de seleção de material, análise de relatórios e associação com os ODS estão baseados no estudo de Scamardi et al. (2022), que efetuou um estudo prévio aplicado ao setor energético.

#### 4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A JBS, Marfrig e Minerva nomeiam seus relatórios como relatório de sustentabilidade e a BRF optou por denominar de relatório integrado, mas todas tem o foco de reportar informações sobre sustentabilidade. Todas elas adotaram o padrão GRI em seus relatórios. Nesta seção serão apresentados os resultados obtidos por meio da análise do conteúdo, conforme Bardin (2011). Tais resultados estão expostos na Tabela 1, por meio da qual é possível visualizar os 17 objetivos divulgados e priorizados pelas 4 empresas analisadas.

Tabela 1 - ODS divulgados pelas empresas de carnes e derivados listadas na B3

ODS	EMPRESAS				TOTAL
	BRF	JBS	Marfrig	Minerva	
1- Erradicação da pobreza		✓	✓		2
2- Fome zero e agricultura sustentável	✓	✓	✓	✓	4
3- Saúde e bem-estar	✓	✓	✓	✓	4
4-Educação de qualidade	✓	✓		✓	3
5-Igualdade de gênero	✓	✓	✓	✓	4
6-Água potável e saneamento	✓	✓	✓	✓	4
7- Energia limpa e acessível	✓	✓	✓	✓	4
8- Trabalho decente e crescimento econômico	✓	✓	✓	✓	4
9- Indústria, inovação e infraestrutura			✓	✓	2
10- Redução das desigualdades	✓	✓	✓	✓	4
11- Cidades e comunidades sustentáveis	✓	✓	✓		3

12- Consumo e produção responsáveis	✓	✓	✓	✓	4
13- Ação contra a mudança global do clima	✓	✓	✓	✓	4
14- Vida na água					0
15- Vida terrestre	✓	✓	✓	✓	4
16- Paz, justiça e instituições eficazes	✓	✓	✓	✓	4
17- Parcerias e meios de implementação	✓		✓	✓	3
<b>TOTAL DE ODS DIVULGADOS POR EMPRESA</b>	<b>14</b>	<b>14</b>	<b>15</b>	<b>14</b>	<b>57</b>
<b>% DE ODS DIVULGADOS POR EMPRESA</b>	<b>82%</b>	<b>82%</b>	<b>88%</b>	<b>82%</b>	<b>84%</b>

Fonte: Elaborada pelo autor (2025)

Os dados apresentados na Tabela 01 evidenciam homogeneidade no que se refere a divulgação dos ODS pelas empresas do setor de carne e derivados analisadas nesta pesquisa. Isso porque o nível de evidência dos ODS pelas quatro companhias pesquisadas, BRF, JBS, Marfrig e Minerva no ano de 2023 figurou na casa dos 80%. Este resultado demonstra que as práticas de sustentabilidade divulgadas pelas empresas do segmento de carnes e derivados listadas na B3 estão conformidade com os objetivos de desenvolvimento sustentável da ONU, afinal dos dezessete objetivos definido pela organização das nações unidas, no mínimo, as empresas analisadas mencionaram ações relacionadas ao seu compromisso com quatorze deles.

Vale ressaltar que a Marfrig foi a entidade que mais divulgou ODS em seu relatório de sustentabilidade de 2023, tendo divulgado esforços voltados à contribuição para o atingimento de 15 ODS. Contudo, esse dado não é significativamente diferente das três outras empresas analisadas, tendo estas divulgado 14 ODS. Por essa razão, considerou-se que existe no setor um comportamento isomórfico no que diz respeito ao *disclosure* de ODS no ano em análise.

Ademais, foi possível perceber por meio da análise de conteúdo os ODS priorizados. A Tabela 02 evidencia esse resultado:

Tabela 02 – Ranking dos ODS priorizados pelas empresas de carne e derivados listadas da B3

NÚMERO	DESCRIÇÃO DO ODS	% EMPRESAS QUE DIVULGARAM
2	Fome zero e agricultura sustentável	100%
3	Saúde e Bem-estar	
5	Igualdade de Gênero	
6	Água potável e Saneamento	
7	Energia Acessível e Limpa	
8	Trabalho decente e crescimento econômico	
10	Redução das desigualdades	
12	Consumo e produção responsáveis	
13	Ação contra a mudança global do clima	
15	Vida terrestre	
16	Paz, justiça e instituições eficazes	75%
4	Educação de qualidade	
11	Cidades e comunidades sustentáveis	
17	Parcerias e meios de implementação	50%
1	Erradicação da pobreza	

9	Indústria, Inovação e Infraestrutura	
14	Vida na água	0%

Fonte: Elaborada pelo autor (2025)

Assim, é possível constatar que os ODSs 2,3,5,6,7,8,10,12,13,15 e 16 foram divulgados por todas as empresas, sendo considerados como prioridades para o segmento, o que corresponde a 64,7% do total de ODS. Destaca-se que os objetivos 7-Energia Acessível e Limpa e 13- Ação contra a mudança global do clima também foram considerados prioritários pelo setor de energia, conforme o estudo de Scamardi *et al.* (2022).

Já os ODS 4 – Educação de qualidade; 11 - Cidades e comunidades sustentáveis e 17 – Parcerias e meios de implementação, alcançaram a marca de ser evidenciado por 75% das empresas cada um. Os ODS 1 –Erradicação da pobreza e 9 - Indústria, Inovação e Infraestrutura foram divulgados por 50 % da amostra. Tais ODS que tiveram divulgação entre 50 % e 75%, não estão totalmente alinhados com as necessidades diretas da atividade produtiva desse segmento, estando mais direcionados a projetos sociais, comunitários e estratégias reputacionais voltadas para os *stakeholders*. Em contrapartida o ODS 14 – Vida na água foi o único não divulgado por nenhuma das 4 empresas, revelando falta de preocupação com vida marinha, que é bem afetada devido a poluição hídrica, sendo necessário uma atenção maior por essas organizações. sendo este um ponto potencial a ser melhorado pela gestão.

Em geral, a divulgação das ações alinhadas aos ODS, são ações positivas que contribuem para melhoria do desempenho socioambiental das entidades e para manter a legitimidade reputacional. Neste contexto, compreende-se que tal resultado pode ser explicado pela teoria do *disclosure* voluntario. abordam que as organizações visam promover e divulgar ações que julgam que serão positivas e omitem aquelas a quais julgam ter impactos negativos para a entidade.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa teve como objetivo geral analisar se as práticas de sustentabilidade divulgadas pelas empresas do segmento de carnes e derivados listadas na B3 estão em conformidade com os objetivos de desenvolvimento sustentável da ONU. Para atingir os objetivos previsto foi desenvolvida uma pesquisa qualitativa, descrita e documental, por meio da técnica de análise de conteúdo.

Analisou-se os relatórios de sustentabilidade das quatro organizações BRF, JBS, Marfrig e Minerva, que compõe o segmento de carnes e derivados da B3. Os principais resultados demonstraram que o objetivo do estudo foi integralmente alcançado e por meio do qual detectou-se um alto índice de disclosure dos objetivos de desenvolvimento sustentável, com mais de 80% de conformidade pelas entidades aos 17 ODS preconizados pela ONU. Tal resultado encontra fundamento na Teoria da Divulgação.

Além disso, os objetivos priorizados foram os ODS 2, 3, 5, 6, 7, 8, 10, 12, 13, 15, 16, sendo divulgado por todas as entidades analisadas. Esses resultados corroboram os achados de (Scamardi *et al.*, 2022).

Estes resultados estão limitados as entidades analisadas, não podendo ser generalizados. Destaca-se ainda algumas dificuldades ao longo do processo de pesquisa, como ausência de informações ou divulgações incompletas, apresentadas de maneira subjetiva e de formatos variados. Tais dificuldades levam a crer que a falta de padronização desses relatórios prejudica a sua análise e a compreensibilidade

Assim, sugere-se que estudos futuros busquem verificar o impacto das novas normas na qualidade das divulgações, ampliem o lapso temporal para diferentes exercícios, de modo a

identificação de evoluções ou involuções. Sugere-se, também, a comparação entre outras entidades do setor ou de outros setores da própria B3, verificando qual setor está se desenvolvendo de maneira mais eficiente nesse âmbito da sustentabilidade financeira. Futuras pesquisas também podem utilizar métodos quantitativos e incorporar métricas diferentes permitindo análises mais robustas e mensuráveis. Recomenda-se também analisar a percepção dos stakeholders sobre práticas ESG nas entidades, confrontando empresas nacionais e estrangeiras.

Esse estudo contribui para demonstrar como as entidades do segmento de carnes derivados listadas na B3 estão colaborando com a promoção do desenvolvimento sustentável. Foi importante perceber que apesar dessas entidades apresentarem altos índices de divulgação, ainda há lacunas significativas na definição das prioridades e profundidade dessas práticas que devem ser melhoradas futuramente, contribuindo ainda mais para transparência e sobretudo, para a promoção de ações responsáveis, sustentáveis e sociais,

## REFERENCIAS

AKPAN, James U.; OLUWAGBADE, Oluyinka I. Social and Environmental Responsibility in Accounting: Beyond Financial Metrics. **International Journal of Social Sciences and Management Research**, v. 9, n. 9, p. 148–173, nov. 2023. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/375516924>. Acesso em: 7 jul. 2025.

ALBUQUERQUE, J. L. (org.). **Gestão Ambiental e Responsabilidade Social: Conceitos, Ferramentas e Aplicações**. São Paulo: Atlas, 2009. Acesso em: 11 jun. 2025.

B3. **Guia Sustentabilidade e Gestão ASG nas Empresas: Como começar, quem envolver e o que priorizar**. 3. ed., versão 2022. São Paulo: B3, 2022. Disponível em: [https://www.b3.com.br/data/files/C9/27/46/11/220838101E311E28AC094EA8/Guia\\_B3\\_Sus\\_tentabilidade\\_ASG\\_v2209\\_VF.pdf](https://www.b3.com.br/data/files/C9/27/46/11/220838101E311E28AC094EA8/Guia_B3_Sus_tentabilidade_ASG_v2209_VF.pdf). Acesso em: 24 nov. 2025.

CEBDS – Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável. **Guia dos ODS para Empresas**. São Paulo: CEBDS, 2015. Disponível em: [https://cebds.org/wp-content/uploads/2023/06/CEBDS\\_Guia-dos-ODS\\_2015.pdf](https://cebds.org/wp-content/uploads/2023/06/CEBDS_Guia-dos-ODS_2015.pdf). Acesso em: 25 nov. 2025.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS – CVM. **CVM lança Plano de Ação de Finanças Sustentáveis para 2023-2024**. Brasília: CVM, 06 out. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/cvm/pt-br/assuntos/noticias/2023/cvm-lanca-plano-de-acao-de-financas-sustentaveis-para-2023-2024>. Acesso em: 23 nov. 2025.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS – CPC. **Estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro – CPC 00 (R2)**. São Paulo: CPC, 2019. Disponível em: <https://www.cpc.org.br>. Acesso em: 18 jul. 2025.

DYE, Ronald A. An evaluation of "essays on disclosure" and the disclosure literature in accounting. **Journal of Accounting and Economics**, Princeton, v. 32, p. 181–235, 2001. Disponível em: file:///C:/Users/AILAN/OneDrive/TCC/Dye\_Ronald\_Review-of-Verrecchia-2nl26ao.pdf. Acesso em: 18 maio 2025.

FARINON, Daniela et al. Práticas de sustentabilidade: um estudo em organizações do setor farmacêutico. In: CARVALHO, C. A. B. de; CARVALHO, A. B. de (org.).

**Sustentabilidade**. v. 3. Belo Horizonte: Poisson, 2021. p. 153–169. Disponível em: <https://www.poisson.com.br/livros/sustentabilidade/volume3/Sustentabilidade%20vol3.pdf>. Acesso em: 7 jul. 2025.

FERREIRA, Araceli Cristina de Sousa. **Contabilidade ambiental: uma informação para o desenvolvimento sustentável**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2011. ISBN 978-85-224-6409-8. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/341254989>. Acesso em: 17 jul. 2025.

FERREIRA, Talieh Shaikhzadeh Vahdat; MIRANDA, Kléber Formiga; SANTOS, Livia Maria da Silva. Teoria da divulgação. In: ALMEIDA, Karla Katiuscia Nóbrega de; FRANÇA, Robério Dantas de (org.). **Teorias aplicadas à pesquisa em contabilidade: uma introdução às teorias econômicas, organizacionais e comportamentais**. João Pessoa: Editora UFPB, 2021. p. 111–129. Disponível em: <https://www.editora.ufpb.br/sistema/press5/index.php/UFPB/catalog/book/758>. Acesso em: 6 jul. 2025.

FLICK, Uwe. **Desenho da pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: ArtMed, 2009. E-book. p. 16. ISBN 9788536321356. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788536321356/>. Acesso em: 23 nov. 2025.

GIL, Antonio C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 7. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2022. E-book. p. 41. ISBN 9786559771653. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559771653/>. Acesso em: 7 jul. 2025.

GLOBAL REPORTING INITIATIVE – GRI. **Linking the SDGs and the GRI Standards**. Amsterdã: GRI, maio 2022. Disponível em: [https://globalcompact.at/wp-content/uploads/2022/09/gri-linkagesdg\\_gristandards-updatemay2022-final.pdf](https://globalcompact.at/wp-content/uploads/2022/09/gri-linkagesdg_gristandards-updatemay2022-final.pdf). Acesso em: 7 jul. 2025.

HEALY, Paul M.; PALEPU, Krishna G. Information asymmetry, corporate disclosure, and the capital markets: a review of the empirical disclosure literature. **Journal of Accounting and Economics**, Princeton, v. 31, n. 1–3, p. 405–440, 2001. Disponível em: <https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/106930272/94581-libre.pdf>. Acesso em: 22 maio 2025.

HENDRIKSEN, Eldon S.; BREDÁ, Michael F. V. **Teoria da Contabilidade**. Rio de Janeiro: Atlas, 1999. E-book. p. 510. ISBN 9786559770250. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559770250/>. Acesso em: 14 maio 2025.

HIEU, Vu Minh; HAI, Nguyen Thai. The role of environmental, social, and governance responsibilities and economic development on achieving the SDGs: evidence from BRICS countries. **Economic Research – Ekonomiska Istraživanja**, v. 36, n. 1, p. 1338–1360, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/1331677X.2022.2086598>. Acesso em: 18 jul. 2025.

HUMMEL, Katrin; SCHLICK, Christian. The relationship between sustainability performance and sustainability disclosure. **Journal of Accounting and Public Policy**, v. 35, n. 5, p. 455–476, 2016. Disponível em:

<https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0278425416300333>. Acesso em: 6 jul. 2025.

IFRS FOUNDATION. **IFRS S1 – Requisitos Gerais para Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade**. Versão em português. Londres: IFRS, 2023. Disponível em: <https://www.ifrs.org/content/dam/ifrs/publications/pdf-standards-issb/brazilian-portuguese/2023/issued/part-a/pt-issb-2023-a-ifrs-s1-general-requirements-for-disclosure-of-sustainability-related-financial-information.pdf?bypass=on>. Acesso em: 31 ago. 2025.

IFRS FOUNDATION. **IFRS S2 – Divulgações Relacionadas ao Clima (Climate-related Disclosures)**. Versão em português. Londres: IFRS, 2023. Disponível em: <https://www.ifrs.org/content/dam/ifrs/publications/pdf-standards-issb/brazilian-portuguese/2023/issued/part-a/pt-issb-2023-a-ifrs-s2-climate-related-disclosures.pdf?bypass=on>. Acesso em: 31 ago. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA – IBGC. **Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa**. 6. ed. São Paulo: IBGC, 2023. Disponível em: [https://conhecimento.ibgc.org.br/Lists/Publicacoes/Attachments/24640/2023\\_Código%20das%20Melhores%20Práticas%20de%20Governança%20Corporativa\\_6a%20Edição.pdf](https://conhecimento.ibgc.org.br/Lists/Publicacoes/Attachments/24640/2023_Código%20das%20Melhores%20Práticas%20de%20Governança%20Corporativa_6a%20Edição.pdf). Acesso em: 28 maio 2025.

IUDICIBUS, Sérgio de. **Teoria da Contabilidade**. 12. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2021. E-book. p. 93. ISBN 9788597028041. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597028041/>. Acesso em: 23 maio 2025.

KLANN, Roberto Carlos. **Gerenciamento de resultados: análise comparativa de empresas brasileiras e inglesas antes e após a adoção das IFRS**. 2011. 371 f. E-book. Disponível em: [https://bu.furb.br/docs/TE/2011/349758\\_1\\_1.PDF](https://bu.furb.br/docs/TE/2011/349758_1_1.PDF). Acesso em: 17 maio 2025.

LI, Zhongtian; JIA, Jing; CHAPPLE, Larelle J. Características textuais da divulgação de sustentabilidade corporativa e do desempenho de sustentabilidade corporativa. **Meditari Accountancy Research**, v. 31, n. 3, p. 786–816, 2023. Disponível em: <https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/medar-03-2021-1250/full/pdf>. Acesso em: 19 maio 2025.

LINS, Luiz dos S. **Introdução à Gestão Ambiental Empresarial: Abordando Economia, Direito, Contabilidade e Auditoria**. Rio de Janeiro: Atlas, 2015. E-book. p. 86. ISBN 9788597001082. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597001082/>. Acesso em: 7 jul. 2025.

LOPES, Alexsandro B.; MARTINS, Eliseu. **Teoria da Contabilidade: Uma Nova Abordagem**. Rio de Janeiro: Atlas, 2017. E-book. p. 75. ISBN 9786559775576. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559775576/>. Acesso em: 1 jun. 2025.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 59. ed. São Paulo: Atlas, 2003. Disponível em:

[https://docente.ifrn.edu.br/olivianeta/disciplinas/copy\\_of\\_historia-i/historia-ii/china-e-india/view](https://docente.ifrn.edu.br/olivianeta/disciplinas/copy_of_historia-i/historia-ii/china-e-india/view). Acesso em: 7 jul. 2025.

MARION, José C. **Contabilidade Básica**. 13. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2022. E-book. p. 22. ISBN 9786559773220. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559773220/>. Acesso em: 25 maio 2025.

MARION, José C. **Contabilidade Empresarial e Gerencial: Instrumentos de Análise, Gerência e Decisão**. 19. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2022. E-book. p. 3. ISBN 9786559773206. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559773206/>. Acesso em: 7 jul. 2025.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)**. Brasília: ONU Brasil, [2025]. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/>. Acesso em: 7 jul. 2025.

QUALYVAC. **Sustentabilidade na Indústria de Carnes: Soluções do Processo Produtivo ao Pós-Consumo. 2023**. Disponível em: <https://qualyvac.com.br/sustentabilidade-na-industria-de-carnes-solucoes-do-processo-produtivo-ao-pos-consumo/>. Acesso em: 3 maio 2025.

REDECKER, Ana Cláudia; TRINDADE, Luiza de Medeiros. Práticas de ESG em sociedades anônimas de capital aberto. **Revista Jurídica Luso-Brasileira**, Ano 7, n. 2, p. 59–125, 2021. Disponível em: [https://www.cidp.pt/revistas/rjlb/2021/2/2021\\_02\\_0059\\_0125.pdf](https://www.cidp.pt/revistas/rjlb/2021/2/2021_02_0059_0125.pdf). Acesso em: 27 maio 2025.

REVISTA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE. Edição Especial n.º 269, setembro/outubro de 2024. Brasília: Conselho Federal de Contabilidade, 2024. ISSN 0104-8341. Disponível em: [https://cfc.org.br/wp-content/uploads/2024/09/RBC269\\_set\\_out\\_ESP\\_web.pdf](https://cfc.org.br/wp-content/uploads/2024/09/RBC269_set_out_ESP_web.pdf). Acesso em: 24 maio 2025.

RODRIGUES, Haroldo. **ESG e ODS não são sinônimos, são caminhos conectados**. **Forbes Brasil**, São Paulo, 20 abr. 2021. Disponível em: <https://forbes.com.br/forbes-collab/2021/04/haroldo-rodrigues-esg-e-ods-nao-sao-sinonimos-sao-caminhos-conectados>. Acesso em: 17 jul. 2025.

SCAMARDI, Gabrieli Furlan; OLIVEIRA, Kássia do Nascimento; FERREIRA, Letícia Aparecida. Divulgação dos ODS nos relatórios de sustentabilidade das empresas do setor de energia da 16ª carteira ISE B3. **Revista de Contabilidade Dom Alberto**, v. 22, p. 1–22, 2022. Disponível em: <https://revista.domalberto.edu.br/revistadecontabilidadefda/article/download/856/765>. Acesso em: 10 abr. 2025.

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 3. ed. rev. e atual. Florianópolis: LED/UFSC, 2001. Disponível em: <https://cursos.unipampa.edu.br/cursos/ppgcb/files/2011/03/Metodologia-da-Pesquisa-3a-edicao.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2025.

VERRECCHIA, Robert E. Essays on disclosure. **Journal of Accounting and Economics**, v. 32, n. 1–3, p. 97–180, 2001. Disponível em: <https://bpb-us->

[w2.wpmucdn.com/u.osu.edu/dist/8/36875/files/2018/06/Verrecchia\\_Robert\\_E-1vnog3g.pdf](http://w2.wpmucdn.com/u.osu.edu/dist/8/36875/files/2018/06/Verrecchia_Robert_E-1vnog3g.pdf).  
Acesso em: 21 jul. 2025.